

1  
2  
3

**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CONSEMA**

4Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e três realizou-se a Quinquagésima Terceira Reunião Ordinária  
5do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com  
6o início às quinze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Claudio Dilda**,  
7Presidente do CONSEMA; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos  
8Assuntos Internacionais; **Sra. Rosa Maria Schlichting**, Representante do Secretário das Obras Públicas e  
9Saneamento; **Sra Virginia Dapper**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Florivaldo Pereira Damasceno**,  
10Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Adoraldo Antônio Schio**, Representante do Secretário  
11da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Ivan Rodrigues dos Santos**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra.**  
12**Ellen R. M. Nunes**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. Evandro Rocha Reichenbach**,  
13Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha**, Representante do  
14Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Flávio Lewgoy** e **Edi Xavier Fonseca**, Representantes, Titular e Suplente, da  
15AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG; **Sr. Mauro Gomes de Moura**,  
16Representante Titular do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Julian Mauhs** e **Sr. Mauro André Kern**,  
17Representantes, Titular e Suplente, do Movimento Roessler; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da  
18ALGA; **Alexandre Bugin** e **Roberto Carlos da Silva Alves**, Representantes, Titular e Suplente, dos Comitês de  
19Bacias Hidrográficas; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Círio Augusto de**  
20**Azeredo da Silva**, Representante Suplente do IBAMA; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Titular de  
21Instituição Universitária Privada; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do  
22Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Miguel Schmidt Prym** e **Valtemir Goldmeier**, Representantes, Titular e  
23Suplente, respectivamente da FAMURS; **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira**, Representante Titular do CEA;  
24**Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do RS; **Sr. Sérgio Luiz de**  
25**Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição Universidade Publica. Participaram também a Sra. Izolde  
26L. Musa da Silva, do Ecos da Natureza, Valdemar da Silva, do Sindiágua, Valery Pugatch, do IRGA, Fábio Luiz  
27Corrêa e Sérgio Luís de Araújo, da SEMA, Paulo Regis Rosa da Silva, Assessoria Jurídica FEPAM, Marta Zago  
28e Eloi Frizzo, Prefeitura Municipal de Caxias do Sul Maria do Carmo S. Ekaman, SDMDE de Caxias do Sul. Os  
29trabalhos foram abertos pelo Presidente da FEPAM, Sr. Cláudio Dilda e, em seguida, conduzidos pelo Assessor  
30Jurídico da FEPAM, Dr. Paulo Regis Rosa da Silva. **Ordem do Dia: 1 – Aprovação das Atas 47ª, 48ª, 49ª, 50ª,**  
31**315ª e 52ª das Reuniões Ordinárias do CONSEMA; 2 – Apresentação dos estudos com vistas à alteração da**  
32**Lei Municipal nº 2.452 – Bacias de Captação de Água de Caxias do Sul (por solicitação do Conselho**  
33**Geraldo André Susin); 3 – Resolução CONSEMA – Prazo de validade das Licenças; 4 – Assuntos Gerais.**  
34**Sr. Presidente:** Vamos apreciar o primeiro item da pauta: : 1 – **Aprovação das Atas 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 51ª e 52ª**  
35**das Reuniões Ordinárias do CONSEMA.** As Atas foram enviadas antecipadamente para que os Conselheiros  
36pudessem fazer as observações, correções, restrições, informando, inicialmente que, também de acordo com o  
37informado na última reunião deste Conselho, a Secretaria Executiva conta com um taquígrafo para que as Atas, a  
38partir desta reunião, sejam efetivamente remetidas após cada reunião. E os Srs. Conselheiros obviamente não  
39sejam submetidos a uma bateria de seis Atas como esta. A questão está encaminhada, o taquígrafo está aqui  
40conosco já, aqui no fundo da sala, procedendo as anotações para a posterior transcrição. **Sr. José Lauro de**  
41**Quadros:** Sr. Presidente. Estive viajando fora do Estado e não tive condições de ler as Atas. Deixo registrado  
42que não posso-me manifestar e não posso votar e me submeto à decisão do Plenário, se elas forem votadas, mas  
43com a minha abstenção. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A gente também não conseguiu ler as Atas e caso a Ata fosse  
44aprovada, se a gente tiver qualquer dúvida ou esclarecimento, a gente manda por escrito à Presidência. **Sr.**  
45**Miguel Schmidt Prym:** Até complementando o que a companheira falou aí, e acho que se não houve nenhuma  
46manifestação escrita, entendo que as Atas estão aprovadas. **Sr. Geraldo André Susin:** Proponho que em função  
47do Sr. Lauro e da Sra. Edi, que elas não sejam aprovadas hoje. Apesar de termos lido, que elas possam ser  
48trabalhadas na próxima reunião, que dê tempo ao Sr. Lauro, por meio de nossas convergências, que a gente volte  
49a conversar sobre este assunto na próxima reunião. **Sr. Presidente:** Há uma proposta de encaminhamento do  
50Conselheiro Geraldo Susin de que a votação destas Atas seja encaminhada na próxima reunião ordinária. **Sr.**  
51**José Lauro de Quadros:** Desejo agradecer ao Conselheiro, e se for essa a decisão, penso que não trará nenhum  
52prejuízo para o Conselho. Se nós prorrogarmos para a próxima reunião a aprovação, e que aqueles que têm  
53observação mandem-nas por escrito, e penso que não havendo nenhum prejuízo para o bom andamento do  
54Conselho, agradeço esta solidariedade. **Sr. Miguel Schmidt Prym:** Presidente. Peço que seja decididamente  
55fixado para a próxima reunião. E se não houver nenhuma emenda escrita, seja aprovado sem maiores discussões  
56esse conjunto de Atas. Não é possível a gente perder tempo naquilo que o pessoal não se manifestou, e teve

57tempo de se manifestar. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** E que seja o primeiro item e que inicie às 14h, realmente,  
58porque senão, não adianta nós virmos aqui às 13h45min, 13h50min e a reunião começar às 15h e ainda com um  
59monte de entraves. Temos que ser mais produtivos.**Sr. Presidente:** Em votação o encaminhamento já  
60referendado por quatro Conselheiros. Remetemos para a próxima reunião ordinária a apreciação destas Atas e os  
61Conselheiros que tenham correções poderão inclusive fazê-lo por fax, por ofício ou por via e-mail. Em votação.  
62Votos favoráveis: **18 votos**; votos contrários: **1 voto**; abstenção: não. Então, por maioria, fica sacramentada esta  
63decisão, lembrando aos Srs. Conselheiros que estas Atas nominadas não serão encaminhadas novamente, a não  
64ser que alguns Conselheiros, a não ser que alguns Conselheiros não as tenham recebido, então, queiram-se  
65manifestar junto à Secretaria Executiva, e que informamos ainda que estarão sendo remetidas a Ata da última  
66reunião e desta reunião neste íterim, entre a reunião de hoje e a próxima reunião que está pré-agendada para o  
67dia 18 de julho. Considerando superado este primeiro item da pauta, passamos para o segundo item da pauta: **2 –**  
68**Apresentação dos estudos com vistas à alteração da Lei Municipal nº 2.452 – Bacias de Captação de Água**  
69**de Caxias do Sul (por solicitação do Conselho Geraldo André Susin).** **Sr. Presidente:** Esta proposição foi  
70aprovada por este Conselho. Passamos a palavra ao Serviço Municipal de Águas e Esgotos de Caxias do Sul.  
71Passamos a palavra ao Diretor do Serviço Municipal de Águas e Esgotos de Caxias do Sul, Edio Eloy Frizzo. **Sr.**  
72**Edio Eloy Frizzo:** Boa-tarde a todos os Srs. Conselheiros e Sras. Conselheiras. Minha saudação ao Presidente  
73eleito do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Cláudio Dilda, nosso amigo de Caxias do Sul há tanto tempo, e  
74dizer que para nós, em nível da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e do Serviço Municipal de Água e Esgoto  
75de Caxias do Sul é motivo de satisfação nós podermos apresentar este trabalho aqui aos Srs. Conselheiros e as  
76Sras. Conselheiras, e agradecer a iniciativa do Conselheiro Geraldo Susin que propôs que nós viéssemos aqui  
77apresentar este trabalho e o convite do nosso Presidente Cláudio Dilda e dizer que esse estudo efetuado pela  
78Prefeitura Municipal de Caxias, sobre a Coordenação da Secretaria de Planejamento e com a participação do  
79SAMAE, vem sendo já objeto de trabalho na cidade há mais de anos, e ele já foi objeto de apresentação e  
80discussão em audiência pública em Caxias do Sul com a presença de aproximadamente 500 pessoas da  
81comunidade. Ele foi objeto de apresentação também nos Comitês de Bacia que atingem as nossas cidades,  
82especialmente o Caí e Taquari-Antas. Ele está sendo objeto também de discussão com as comunidades  
83envolvidas e ele tem por base um estudo técnico licitado pelo SAMAE, na questão de um ano e meio atrás, uma  
84empresa particular que efetuou todo um estudo que embasou esta proposta que vamos apresentar aqui. E dizer  
85que em Caxias do Sul temos hoje cinco sistemas de abastecimento, praticamente na área urbana, e estamos  
86incorporando mais quatro sistemas que vai isso representar praticamente 19,5% da área do território do  
87Município de Caxias do Sul, e se situar em área de bacia de captação. E Caxias do Sul está lá em cima do morro  
88produzindo uma grande quantidade de esgotos, e que tem como destino final a região do Guaíba, e isso faz com  
89que a gente tenha uma preocupação muito grande com relação à questão do tratamento e com a questão da  
90preservação de nossas áreas de captação de água. Temos hoje o Sistema Faxinal, que abastece praticamente 60%  
91da cidade e outros pequenos sistemas que são chamados: Sistema Maestra, Dal Bó, Samuara e Moschen que  
92contribuem com os outros 40% no abastecimento da cidade. No ano passado a Câmara Municipal de Vereadores  
93aprovou o nosso Plano Diretor de Esgotos e Drenagens, e que adotou o conceito de “Sistema Misto de Esgotos”  
94e para a área de bacia de captação trabalhamos com o conceito de “Separador Absoluto”. Hoje já estamos  
95atingindo praticamente 80% das comunidades situadas sobre bacia com o sistema de tratamento de  
96esgotos. Agora no mês que vem durante o encontro da ANAMA – Associação Nacional de Municípios e Meio  
97Ambiente, que vai-se realizar em Caxias do Sul, inaugurando o Sistema de Tratamento de Esgotos do Dal Bó  
98com tratamento terciário, inclusive, e o que vai restar é uma pequena comunidade, do Faxinal, que abastece 60%  
99da cidade e que se situa praticamente na zona rural, para ser tratado e uma parte do Samuara que atinge a  
100comunidade de Forcheta, especialmente uma parte do bairro de Desvio Rizzo. A Lei 2452, que é objeto de  
101estudo e reformulação que estamos apresentando aqui, ela é oriunda da década de 70, ela é basicamente uma  
102cópia da legislação de São Paulo, e que naquele momento cumpriu o seu objetivo que era basicamente de tentar  
103frear a ocupação desordenada dentro das áreas de bacias de captação do Município de Caxias do Sul. Essa  
104legislação, por um lado, em razão da sua grande restrição do ponto de vista na questão do parcelamento do solo,  
105especialmente acompanhada com ela uma proposta de ocupação sustentada destas áreas, propiciou que hoje  
106praticamente 10% da nossa população esteja residindo em cima de áreas de bacia, aproximadamente 40 mil  
107pessoas, e quem conhece Caxias do Sul basicamente os locais mais conflagrados são Bairro Serrano, Século XX,  
108Capivari, parte de Ana Rech, San Ciro, San Ciro II, parte da Região de Forcheta e do Desvio Rizzo, e que se  
109situam, portanto, dentro de áreas de bacia. Então, esse estudo que o nosso pessoal vai apresentar partiu dessa  
110base científica, técnica e que vendo sendo discutida com a nossa comunidade dentro da idéia de que é  
111fundamental a gente preservar os nossos recursos hídricos, mas, acima de tudo, ter uma convivência salutar com  
112a nossa comunidade, dentro da idéia de desenvolvimento sustentado. Vamos passar para a Marta começar a

113apresentação. **Sra. Marta Zago:** Boa-tarde a todos. Vamos dar uma idéia da lei, e nos colocamos à disposição  
114para qualquer questão. O objeto de estudo deste trabalho, numa primeira fase, são as quatro bacias de  
115abastecimento de Caxias do Sul que se situam na área urbana, que é o Dal Bó, Maestra, Moschen e o Samuara,  
116chamando a atenção que o Moschen tem uma parte urbana e o restante que está no espaço rural. O que levamos  
117em consideração para realizar este trabalho: a manutenção de todos esses quatro sistemas de abastecimento, que  
118eles continuem em operação, porque ao longo dos anos, em função de todas elas estarem em áreas densamente  
119ocupadas, muito urbanizadas, vira e mexe sempre se questiona se deve permanecer como sistema ou não de  
120captação, e isso é um princípio que o estudo mantém. A viabilidade técnica da Bacia do Moschen, que tem uma  
121parte no espaço urbano e uma parte no espaço rural, que também, por algum tempo foi objeto de dúvida de sua  
122manutenção ou não. Então, esse estudo conta com esse recurso, considera este recurso e a permanência das  
123ocupações consolidadas. Não trabalhamos com a hipótese de remover, temos bairros absolutamente consolidados  
124com toda a infra-estrutura em cima desses espaços de bacia e eles ficarão. O que a gente vai fazer, sim, é o  
125programa de regularização fundiária e arquitetônica para estas áreas, até porque isso já ocorre via modo legal, via  
126alguns outros instrumentos jurídicos, e como hoje o SAMAE tem toda uma relação do que acontece, de todas as  
127atividades em cima destas áreas irregularmente ocupadas, então, vamos trabalhar um programa de regularização  
128e aí fazer com que aquilo que está lá, e que não está hoje enquadrado na legislação ambiental venha a ser adequar  
129na medida do possível. E a gente trabalha com a idéia de remover aquilo que estava muito próximo de algumas  
130áreas, que têm uma fragilidade ambiental muito grande, mas isso são situações localizadas, mas, a rigor, as  
131ocupações consolidadas, esses bairros, na verdade, que estão lá, vão permanecer, e todo esse estudo considera  
132essa permanência. A nova legislação contempla os recursos hídricos de interesse do Município, as atividades que  
133vão acontecer ali, o parcelamento do solo, parâmetros de edificação e cria alguns instrumentos que se imaginam  
134seja necessários para que esta proposta se efetive. Na realidade, essa nova legislação vai contemplar todas as  
135questões urbanísticas que hoje estão em várias legislações. Então, a gente tem a nossa legislação de parcelamento  
136do solo, que legisla um pouco sobre bacia, o plano físico urbano fala um pouco sobre bacia e temos a lei  
137específica hoje, que é a 2452. Então, a intenção é tudo que se relacionar à bacia de captação vai estar tratado  
138nesta única legislação. Como conceitos, não poderia deixar de ser, reforçamos a questão, pois já está em todas as  
139legislações federais, estaduais, conhecida por todas, de que a água é um recurso natural limitado, que é  
140fundamental assegurar quantidade e qualidade, não está escrito aqui, mas dotada de um valor econômico. A  
141função social que a gente está chamando prioritária destas áreas é a preservação das águas e seus mananciais. A  
142garantia da demanda residencial, os usos voltados à saúde e higiene por meio de um sistema público de  
143distribuição. A questão do uso racional aparece aqui também. A necessidade de viabilizar novas formas de  
144sistema de captação de água superficial e subterrânea, e isso sim é uma particularidade do Município de Caxias  
145do Sul, já que não temos rios caudalosos, como o Guaíba, um pouco menor, e a gente se abastece por arroios de  
146baixa vazão, e em função disso, por represas, é muito importante que a gente está sempre pensando no próximo  
147sistema de captação. Todos os dados estudados do Municípios foram agrupados no sentido de saber, identificar o  
148que ele foi, o que ele é hoje e qual é a função dele hoje, o que se pretende para ele. E todo o histórico de  
149abastecimento das barragens, do SAMAE, da construção das barragens, do próprio SAMAE, que é o nosso  
150Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. Levantamos todos os diagnósticos, já existentes, pois este  
151sistema de bacia de captação não é novo, e ao longo dos anos tem sido estudado, várias propostas existem e  
152demos uma recuperada para ver o que tudo isso dizia, e fizemos todo um estudo de uso do solo, que é o que falei  
153antes, de todas as atividades que existem, os parcelamentos, etc. Toda a questão dos recursos hídricos no mundo,  
154a questão da importância da água, estudos que já sabemos bastante e as legislações pertinentes a esse tema. Como  
155fruto disso, esta aqui é uma das bacias, esta é a área do Dal Bó, que é uma dessas nossas bacias, e de cada uma  
156delas, dessas quatro, a gente obteve este tipo de mapa, este produto, em que a gente tem todo o uso do solo, e  
157aqui é a área das lagoas, das barragens, e aí tem todo o recurso hídrico, toda a ocupação, a mata nativa, as  
158questões de reflorestamento, os trechos de agricultura, o que é vegetação rasteira ou não tem cobertura vegetal e  
159todo o uso. E aí, dentro do uso, que a gente não consegue distinguir, mas a gente abre para comércio, serviço,  
160indústria e institucional. Então, de cada uma delas a gente tem esse produto. A fundamentação técnica do  
161trabalho, tudo que a gente falou até agora eram dados que o Município já tinha. E sentimos falta de trabalhar com  
162alguns outros elementos, além da questão da hidrologia, que trata das águas superficiais, a gente viu que era  
163necessário tratar das questões da hidrogeologia, que leva em conta as águas subterrâneas, até porque as  
164superficiais, as subterrâneas, interagem e era importante que a gente estudasse, soubesse como isso ocorria.  
165Então, foi contratado um estudo técnico, por meio do SAMAE, e quem fez este estudo foi a empresa de  
166consultoria Profil, aqui de Porto Alegre. As questões de hidrologia são aquelas associadas aos estudos das águas  
167de superfície, a capacidade de infiltração da água no solo, a cobertura vegetal, nível de impermeabilização. A  
168hidrologia, ela vai estabelecer condicionantes ambientais que são aqueles consagrados por todas as legislações,

169que é a preservação das margens, faixas ou raios dos reservatórios, nascentes, enfim de todos os corpos hídricos  
170e da mata nativa. E aí vem o que foi o nosso aprendizado maior, que são as questões da hidrogeologia, que estão  
171relacionados aos estudos das águas subterrâneas, que são as águas que preenchem totalmente os poros e fraturas  
172das rochas e sedimentos que vão permitir o seu armazenamento. Entra aí as questões de fratura, que são as  
173rupturas dos corpos no solo, que haja deslocamento dos blocos, e aí o aquífero fraturado, que são originados por  
174rochas, onde os espaços cheios de água são fraturas de diversas origens, tamanhos, aberturas. Aqui a gente tem  
175um exemplo, e este é o Sistema de Captação Maestra, e aqui temos o estudo da hidrogeologia, que se percebem  
176as fraturas, e aqui temos, por exemplo, uma fratura regional, que vai passar por esta área da bacia, enfim, todos  
177os elementos da hidrogeologia e para cada uma dessas bacias a gente tem esse produto. Em função da  
178hidrogeologia vem essas questões das áreas de recarga e de descarga. Então, a área de recarga, que é onde a  
179água passa da superfície do terreno para o interior do solo e vai alimentar o aquífero, que a recarga de primeira  
180categoria é a área mais próxima ao reservatório e a de recarga de segunda importância, que é a que está um  
181pouco mais longe, mais distante do reservatório, aqui, como conceito, a gente tem, que ocorre nas zonas mais  
182elevadas e planas, caracterizando-se por intenso fraturamento horizontal associado à topografia. Aqui temos o  
183exemplo de área de recarga, de primeira importância, que isso é na Bacia do Samuara. E aí vem o conceito das  
184áreas de descarga, que são aquelas onde o fluxo da água subterrânea chega à superfície, e vai formar as  
185nascentes, as fontes, banhados, e, da mesma forma, ela se classifica de primeira importância, que são aquelas que  
186ocorrem na franja, ao longo do reservatório, e as de segundo importância, que resumindo por conceitos, são  
187representadas por insurgências longe do entorno do reservatório, geralmente associadas a fraturas e cruzamentos  
188que são também as que ficam mais distantes. Aqui temos o exemplo de uma área de descarga de segunda  
189importância na Bacia da Maestra. O produto deste estudo hidrogeológico, para cada uma das bacias, temos o  
190mapa desta forma contendo essas características ambientais. E é o mesmo mapa que tínhamos como uso do solo,  
191e aqui temos o mapa com as fragilidades ambientais. E temos o lago, as barragens e o lago, e este verde são as  
192áreas de descarga de primeira importância, e depois temos esta área marrom que são as áreas de recarga de  
193primeira importância, as áreas de descarga de primeira importância, que aqui estão bastante prejudicadas, porque  
194elas se confundem na cor. E temos a zona de proteção do aquífero fraturado, enfim, todas aquelas questões da  
195hidrogeologia estão mapeadas num produto semelhante a este, e temos isso para cada uma delas. Em função  
196disso, temos aquele primeiro produto, aquele primeiro mapa que continua a avaliação do impacto, da ocupação  
197do uso do solo, mais este produto da hidrogeologia, e aí foram feitos cenários da ocupação urbana e foram feitas  
198indicações de alternativas tecnológicas. Resumindo, o produto disso tudo é aquele mapa do uso do solo, os  
199elementos da hidrogeologia e da hidrologia e, a partir disso, a gente trabalhou com níveis de impacto, com o  
200terceiro mapa, que é o que vai ser o nosso zoneamento do uso do solo para as bacias. Os níveis de uso do solo  
201que a gente está propondo, de acordo com a questão de restrição de uso são quatro: o crítico, que, em realidade, é  
202aquele da proteção das águas de superfície, ligado diretamente à questão da hidrologia, que é a proteção às  
203margens de todos os recursos hídricos. Isso até por questões de legislação não poderia ser diferente. O elevado,  
204que vai tratar da proteção das águas subterrâneas, e aí isso vai ser um conjunto das áreas de descarga de primeira  
205importância, de recarga de primeira importância e uma associação da fratura principal, em mata nativa, fratura  
206principal e recarga de segunda importância. Isso tudo segundo aquele mapeamento das fragilidades ambientais  
207vistos. E temos mais dois níveis de uso do solo: moderado, onde as restrições são menores e ela é a associação de  
208pelo menos dois destes elementos: mata nativa, fratura principal, recarga ou recarga de segunda importância. E  
209um nível baixo, que, em realidade, é o restante da área, que já não tem cobertura vegetal, e que nem por isso a  
210gente quer que permaneça assim, mas é ali que a gente sabe que pode haver uma “ocupação” um pouco mais  
211densificada. É ali que pode ter um pouco mais de ocupação. E virá um mapa de uso do solo, e isso é só um  
212exemplo. Cada um desses mapas está sendo aferido pela fiscalização do SAMAE no local, até para se ver os  
213elementos hídricos, mata nativa, e se ter um produto o mais próximo possível da realidade. Esses níveis de  
214impacto estão mapeados. Os azuis, que são os recursos hídricos; esta primeira faixa, que é o nível crítico, que são  
215as margens de proteção dos corpos hídricos. Esta cor que é o nível elevado, o moderado é o laranja e o baixo é  
216esse amarelo, que é aquele que já tem uma ocupação. Nas ocupações, a gente tem o Século XX, San Ciro I, San  
217Ciro II, essas ocupações é que são objeto do programa de regularização fundiária arquitetônica que eu falava  
218antes. Então, na realidade, no mapa final desse zoneamento de uso do solo, essas ocupações vão ter uma mancha  
219diferente, porque elas vão ser tratadas diferentes dentro do espírito deste programa de regularização. Aí foi feito  
220um cenário de ocupação, e foram feitas uma série de simulações, considerando, basicamente, a redução de perdas  
221de escoamento, o aumento da vazão média de pico, a diminuição da vazão mínima. E aqui temos um desenho  
222ilustrativo das questões da diminuição da infiltração, que na medida que diminui a infiltração aumentam as  
223vazões de pico. Foram consideradas também neste cenário a questão da erosão laminar, a geração de resíduos.  
224Em função destas últimas questões colocadas, foi feita uma cenarização, e há depois uma série de cálculos, e o

225que gostaria de registrar que desta cenarização foram resumidas a quatro, e isso foi feito junto com a Profil, com  
226a empresa, e optamos pelo cenário 2, que é aquele que considera no nível crítico ocupação nenhuma, que também  
227volto a dizer, nem pode ser diferente, são questões legais também, e o nível elevado, que a gente está  
228considerando 10% de ocupação, o nível moderado em 20% e o nível baixo 30%. A gente pegou alguns lotes,  
229ainda vazios, sem ocupações, e a maioria deles, que não são ocupados, são grandes glebas, e fizemos um  
230exercício em cima destes lotes. Isso tudo são exercícios que se fez para se confirmar a escolha de cenarização  
231que se falava anteriormente. E como esta lei vai tratar de tudo, feitos todos esses estudos, o parcelamento do solo  
232nestes áreas ficaria da seguinte forma: no nível crítico, nada; no nível elevado ou área mínima do lote de 10.000  
233metros quadrados, com uma testada mínima de 50; no nível moderado a área mínima do lote de 5.000 metros  
234quadrados, e com uma testada mínima de 40 metros; e no nível baixo, uma área mínima de lote de 1.000 metros  
235quadrados e uma testada mínima de 25 metros. Ainda questões do parcelamento do solo, estamos prevendo um  
236quarteirão máximo com 500 metros, a via mínima de 12 metros, os arruamentos e passeios públicos,  
237considerando pavimentação semipermeável, e os espaços públicos, as áreas verdes, isso conforme a legislação  
238municipal. A lei vai tratar dos parâmetros de edificação, que, no nível crítico, não vai ser aceito nada, e não vou  
239passar um a um, e podemos pegar a taxa de impermeabilização, que num nível crítico, nada; no nível elevado  
24010% de impermeabilização, no nível moderado, 20%; no nível baixo de 30%, sendo que o índice de  
241multiplicação no nível baixo, que seria aquele que poderia suportar um pouco mais de densificação, o residencial  
242é 1, comercial e prestação de serviços, 0,5, industrial, 0,5, institucional, 0,5. Estamos dividindo as atividades  
243como aquelas permitidas, que seriam a residencial, a comercial e prestação de serviços do ponto de vista de  
244apoio à residencial que ali vai-se estabelecer, as institucionais, e ali entra o turismo, esporte e lazer, científico e  
245de pesquisa. As agroindústrias, agrícola, criação de animais, sendo que essas três, todas elas são passíveis de  
246licenciamento ambiental e especialmente essas três que a gente sabe que tem que se ter um cuidado mais rigoroso  
247em função daquilo que pode vir a causar. Então, aquelas eram as atividades permitidas. As atividades vetadas, a  
248gente está considerando os postos de combustíveis, as oficiais mecânicas, galvanizadores e afins, indústrias,  
249cemitérios. E como atividade admitida, naturalmente licenciamento ambiental, como não poderia deixar de ser,  
250as indústrias de tecnologia limpa, e aqui considerando aquelas que não têm resíduo ou a cada processo ela  
251aproveita, ela recicla, não é aquele conceito da indústria de ponta em que só vou tratar do resíduo lá no final. E  
252isso é uma coisa que na lei a gente esclarece melhor. Novos indicativos que a legislação traz: ela vai reger  
253também os condomínios residenciais, dentro de um conceito de espaços ambientalmente corretos e planejados.  
254Ela vai permitir a utilização do potencial construtivo para áreas localizadas em nível crítico. Vou poder transferir  
255índices para fora das áreas de bacia. Quanto à tributação, isso é uma proposta, está sendo estudado pela  
256Secretaria da Fazenda, porque a gente até sabe que pela Lei de Responsabilidade Fiscal se estamos abrindo mão  
257de um recurso, a gente tem que apontar o que vai substituir este recurso. Mas, enfim, quanto a tributação, pensa-  
258se que as propriedades que estejam localizadas para um nível crítico sejam isentas do pagamento de tributação.  
259De 80 a 99% do que o que se estiver em nível crítico vai reduzindo 70%. E aí continua nível elevado ou  
260moderado, uma redução de 50% e aí se linka a questão de recuperação das áreas degradadas ou se mantém mata  
261nativa, e toda uma progressividade tributária. Então, algo semelhante a que cada 1% construído além do  
262permitido, acrescerá 10% sobre o IPTU devido. Então, essas são algumas regras que estamos pensando e está  
263sendo melhor estudado pela Secretaria da Fazenda. Ainda como novos indicativos, que a legislação vai trazer, as  
264questões de infra-estrutura, parcelamento do solo, então, já se exige o sistema de esgotamento sanitário nos  
265novos loteamentos em toda a cidade, e especialmente nas áreas de bacia, que até está colocado, no mínimo ao  
266nível secundário, nós já estamos avançando nesta discussão e provavelmente a gente vai pedir até o terciário, a  
267forma adequada da destinação do resíduo sólido e temos alguns instrumentos para controle de drenagem, e nos  
268inspiramos na lei aqui de Porto Alegre, num decreto sobre drenagens, que está em andamento, tivemos assessoria  
269do DEP e queremos ver se dá para implantar alguns mecanismos de controle de drenagem. Temos alguns  
270exemplos de pavimento permeável, de trincheira de infiltração. Outros indicativos, que são novos para nós, que  
271estamos trabalhando com a criação de uma Comissão Gestora de Ocupação do Solo em bacia de captação, e a  
272idéia é reunir todas as Secretarias, porque aí entra o processo e estamos tentando desburocratizar e criar uma  
273comissão em que todas as Secretarias responsáveis por aprovação de parcelamento possam estar reunidas e  
274possam, de uma forma mais objetiva, encaminhar as suas aprovações. E também se trabalha com a criação do  
275Fundo Municipal de Recursos Hídricos. Dos estudos para estas quatro bacias, era isso, e o Eloy poderia falar das  
276já existentes e dos recursos hídricos. **Sr. Edio Eloy Frizzo:** Só complementando, aqui trabalhamos basicamente  
277as bacias situadas na área urbana. Hoje a nossa maior bacia, que representa 60% do abastecimento da cidade, a  
278do Faxinal. A legislação atual pega a área crítica, que é a nossa área de primeira categoria. E o que passa de  
279elevado até baixo é o que chamamos hoje na Lei 2452 de área de segunda categoria, que é a área que o  
280Município tem competência para legislação sobre a questão de parcelamento. E como o estudo se ateve somente

281a essas bacias, enquanto não tivermos fôlego para implementar este estudo na Bacia do Faxinal, vamos manter a  
282legislação vigente (atual – 2452), considerando que são bacias que estão situadas na área rural. Aproveitando o  
283mapa da ALGA, temos o Faxinal, que pegou a ponta da área urbana, e temos toda esta reunião em direção à São  
284Francisco de Paula, faz divisa com São Francisco, que são as bacias que vamos criar. Na legislação vai estar  
285previsto a criação de mais quatro bacias, que são: Bacia do Faxinal, em seguida a Marrecas, Sepultura, Piai e  
286Mulara. Então, isso vai representar praticamente 20% do território do Município. Essas áreas vão passar a ser  
287preservadas e consideradas como área de bacia dentro do Município. Em resumo, esse é o trabalho que  
288gostaríamos de apresentar ao Conselho dizendo de que ele é um estudo que ainda depende de aprovação pela  
289Câmara Municipal e o objeto de toda essa discussão é que esse projeto vá para a Câmara Municipal brevemente e  
290ele seja o mais enxuto possível e que ele tenha passado por uma ampla discussão com a nossa comunidade.  
291Importante também porque ele tem repercussões significativas do ponto de vista do Estado, como um todo,  
292especialmente na questão dos Comitês de Bacia e em nível do próprio Conselho, a importância que o próprio  
293Conselho está dando para esta discussão. Gostaria de apresentar o pessoal que participou da equipe  
294multidisciplinar dos que estão presentes aqui: o Grazziotin, arquiteto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano,  
295a Marta, arquiteta da Secretaria de Planejamento, o Sérgio, biólogo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e  
296a Maria do Carmo, minha engenheira preferida e única, lá do SAMAE. Muito obrigado, Maria, desculpe. **Sr.**  
297**Presidente:** Passamos a palavra aos Conselheiros que queiram-se manifestar acerca do trabalho solicitado pelo  
298Conselheiro Geraldo. **Sr. Geraldo André Susin:** Antes de mais nada, foi um lapso nosso, não ter  
299cumprimentado, por uma questão de estresse anterior, mas uma boa-tarde a todos, os Conselheiros, as  
300Conselheiras, os convidados, os servidores da Casa. Gostaríamos de agradecer o Conselho. Encaminhamos este  
301ofício para a SEMA com cópia para o Conselho, que fosse isso discutido, fosse dado o encaminhamento dentro  
302de um grupo de trabalho, pois achamos grave esta situação, inclusive não só pela questão de qualidade e da  
303quantidade da água, mas sim da perpetuidade, estamos falando da viabilidade do Município de Caxias do Sul, no  
304caso, o maior Município do interior. E gostaria de começar dizendo que não é uma posição pessoal, é fruto de  
305toda uma preocupação da sociedade civil do Município, e como já passou uma moção pelo Encontro Estadual de  
306Entidades Ecológicas, isso é uma preocupação estadual. E todas essas informações que vou colocar já foram  
307apresentadas numa reunião feita pela Prefeitura, que eles denominaram de “audiência” e isso já foi tornado  
308público. Antes de mais nada, cabe colocar o histórico, se os Conselheiros e as Conselheiras me permitem  
309estender-me um pouco, porque é um fato histórico. Aqui é um mapa, feito pela ALGA em conjunto com todas  
310estas Entidades, que representa uma foto de satélite, escala de 1 X 100.000 que representa o perímetro urbano do  
311Município. Para se localizar: aqui é Antônio Prado, Farroupilha, São Marcos, Flores da Cunha, São Francisco,  
312Gramado, Canela, São Marcos. Então, temos mais ou menos 170.000 hectares e o pessoal do fundo não dá para  
313enxergar. Mas aqui é o divisor de águas, ou seja, o que chove ao norte corre para o Rio das Antas e o que chove  
314ao sul corre para o Rio Caí. Então, aqui é uma montanha. Então, a área urbana está nesta área, que tem uma  
315malha urbana. Historicamente, o Município estava tendo problemas de saúde pública. Então, ele começou a  
316captar água, e teve um administrador local que teve uma visão de estadista e começou a captar água de um local,  
317que agora é o Parque Getúlio Vargas, era chamado de “Parque dos Macaquinhos”, que inclusive ali está a  
318Prefeitura, a Câmara de Vereadores, e onde as pessoas pegavam águas de poços próximos a pocilgas, a criação  
319de animais, enfim, e suas latrinas. E estava tendo problemas de saúde. E o que aconteceu naquela época, no  
320início do surgimento do Município? Ele, com a visão de estadista, começou a captar dessa bacia de captação. Ele  
321pegou água desta nova bacia. E já aí começa haver a importância da água e ele teve essa visão. Como o  
322Município começou a crescer para aquele lado, ele instituiu a primeira bacia de captação, que é a chamada Dal  
323Bó, uma bacia de 800 hectares, e São Pedro, São Paulo e São Miguel são três barragens, e começou um fato  
324histórico ali. E a partir disso a gente começa a perceber que esta questão transcende a questão ambiental. Ela  
325passa a ser uma questão histórica, de patrimônio histórico, as bacias também são patrimônios históricos. E  
326também já dá para antever que quanto mais longe se vai, mais cara é a água. Então, além da questão ambiental,  
327além da questão cultural, histórica, temos a questão econômica. Quanto mais longe e quanto mais ocupação, mais  
328caro tratar a água e mais difícil se trazer. Pergunto para a Maria do Carmo: quanto o SAMAE gasta com energia  
329elétrica trazendo água? **Sra. Maria do Carmo:** 20% da arrecadação do SAMAE. **Sr. Geraldo André Susin:**  
330Então, vemos que já transcende a questão ambiental. E uma coisa importante, que deveria ser apresentado aqui, é  
331a Exposição de Motivos que os legisladores em 1978 tinham quando eles propuseram esta lei. Mas a informação  
332que temos é que esta Exposição de Motivos queimou no incêndio. Deixar bem claro que os moradores  
333percebidos no mapa, que não somos contra o pessoal que está dentro das bacias. Pelo contrário, a gente é  
334solidário a eles porque eles foram vítimas de loteadores inescrupulosos, que infringiram a lei e principalmente  
335aos administradores, que historicamente estão enganando a população, dando sempre estímulo e esperança com  
336aquela velha história, conhecida historicamente. E como coloquei, trataremos da questão da qualidade,

337 quantidade e perpetuidade, e que se tenha claro que o ponto que 5% do Município é caixa d'água, então é esta a  
338 nossa principal preocupação. Então, por que edificar, porque temos Faxinal, que é esta área aqui, uma extra, este  
339 ponto, o Dal Bó este ponto e o Samuara este ponto. O Municípios com 170 mil hectares, somando 7000 o  
340 Faxinal, 1.600 o Maestra, 860 o Dal Bó e 540 o Samuara temos 10.000 hectares, em proporção é em torno de 5%  
341 do Município. Em por que loteamento tendo toda esta área para lotear? Fica o questionamento. Outra questão:  
342 vamos levantar a questão do material jornalístico que foi divulgado, e só vou elencar o título para não estender:  
343 “A China proíbe aproximação da população de represas, prevenindo, desta forma, a proliferação da pneumonia  
344 asiática”. Então, não é uma preocupação só nossa. E tem uma matéria no Jornal do Brasil, que vamos trazer a  
345 relação: “A química da água”. É uma relação que demonstra que quanto maior a ocupação mais cara e impura se  
346 torna a água. E teve outro fato que aconteceu: “Capotagem de ônibus pode ter contaminado a área da empresa Dal  
347 Bó. A lei 2452 protege as bacias de captação de água para consumo humano. A Prefeitura quer mudar a lei  
348 propondo uma nova que permite a implantação de loteamentos nas bacias. Diversos serviços serão implantados  
349 serão nestas áreas com ocupação das bacias por loteamentos. O transporte coletivo será um dos serviços a serem  
350 estabelecidos. A Prefeitura garante que a ocupação das bacias é segura e não teremos problemas com a saúde”.  
351 Dia 03 de junho, conforme matéria veiculado no Jornal O Pioneiro – jornal da região: “No dia 14 e 15 de junho  
352 aconteceu uma capotagem de um ônibus na represa Dal Bó e seis pessoas ficaram feridas. O acidente ocorreu no  
353 Baixo Século XX ao lado da represa da Bacia do Dal Bó, da captação”. Questionamentos: será que não houve  
354 vazamento de combustível? Cada litro de óleo contamina um milhão de litros de água. É esta a segurança que a  
355 Prefeitura está-nos dando com a mudança da Lei 2452 de proteção das bacias? Será que não estamos caminhando  
356 para uma Uberaba?” Aqui é o Bairro Século XX e a capotagem foi nesta via de acesso, bem no corpo d'água.  
357 Outro ponto: a Lei 2452 é proibitiva. Ela protege os mananciais. O Poder Municipal não fiscaliza. A proposta de  
358 alterar a lei é permissiva. E quem garante a fiscalização? Segunda afirmação que agentes políticos do Poder  
359 Executivo: “A Lei 2452 é velha e ruim, porque ela constitui na ocupação das bacias”. Se ela é tão ruim, e por  
360 antiga, olhamos o mapa, usando o Dal Bó, por que temos essa delimitação bem clara? Porque a lei seguiu as  
361 bacias. Então, não é culpa da lei. É culpa do gestor não ter fiscalizado. Na reunião feira, chamada de  
362 “audiência”, um preceito da audiência é deixar à disposição toda a legislação, documentos, estudos. Não tivemos  
363 acesso ao projeto de lei, a minuta. Então, encaminhamos este problema ao Ministério Público e considerando  
364 todas as legislações, e até hoje esta lei não foi apresentada. Vocês têm uma cópia da lei, por acaso? **Sra. Maria**  
365 **do Carmo:** Ela está no site do SAMAE. **Sr. Geraldo André Susin:** Ótimo, porque o Ministério Público  
366 solicitou e vocês não entregaram uma cópia ainda. Tivemos acesso a duzentas páginas lá e não tinha cópia, mas  
367 tudo bem, que ótimo! Temos várias questões, e que isso fosse discutido e esclarecido. Como a questão do plano  
368 de esgotos. Pelo plano de esgotos, quantas pessoas irão habitar esta área? A questão dos hormônios: serão tratado  
369 nas estações de tratamento? E os animais, homens e mulheres que vivem ali, expõem hormônios pelas vias  
370 urinárias e com isso direto para a água para beber depois? E a questão da contaminação biológica, a questão dos  
371 medicamentos, as pessoas doentes lá em tratamento. E a questão dos metais pesados, as pessoas são  
372 consumidoras compulsivas, vão no supermercado compram o que bem entendem, levam para casa, e  
373 normalmente o ralo, o tanque, o vaso sanitário é a nascente do rio, e os líquidos, que não vão para o lixo vão para  
374 onde? Eles viram dentro do ralo e isso vai para o córrego. É tratado, como fica esta contaminação toda? Inclusive  
375 percebemos a questão dos animais como conflitos na área. E há criação junto com área rural. E há uma comissão  
376 para aprovar isso. E aquilo que o Prof. Lewgoy estava colocando, é só gente do governo, não há uma  
377 participação social. E a questão dos combustíveis e cargas perigosas, há uma prevenção, um cuidado quanto a  
378 essa questão dentro, porque a urbanização vai e leva junto isso. Hospitais: a lei não proíbe os hospitais, pelo que a  
379 gente percebeu. E cemitérios: proíbe cemitérios? Proíbe. Só que lá há cemitérios também hoje. E se não proíbe  
380 hoje, não fiscaliza, vai fiscalizar depois. A questão dos postos de gasolina. Há posto de gasolina na divisa,  
381 proíbe, proíbe, mas se já existe, não fiscaliza. Então, são várias contradições de perigos. Então, apresentamos  
382 dois documentos na audiência têm posição dúbia: os conceitos gerais contidos na proposta de mudança de lei, os  
383 proponentes se apresentaram como conservacionistas, mas, na prática, ao longo dos diversos artigos, nos quais  
384 admitem um parcelamento do solo, a sua impermeabilização e edificação se revelam em posições opostas. A  
385 questão da abrangência do empreendimento: as zonas, áreas ou bacias de captação, é a questão do 5%; então, tem  
386 a questão ambiental, que é a alteração de uso rural para urbano. Desenvolvimento econômico: a água é retirada  
387 deste espaço é um bem econômico e definição de constitucional. E a questão do desenvolvimento social. A água  
388 está diretamente à saúde pública e ao indivíduo com as mais amplas e graves conseqüências que possam  
389 conceder. Há o caráter permanente da intervenção. E isso consideramos um ponto grave, que mudando a  
390 legislação, mudando a atividade sobre ela, pode ser irreversível, comprometendo a viabilidade do próprio  
391 Município. Esse documento foi apresentado na audiência e entendemos que a presente questão, conforme a  
392 legislação em vigor, está a exigir um estudo de impacto ambiental e um relatório de impacto ambiental com uma

393 produção adequada das propostas, sua disponibilização para a população envolvida, bem como o  
394 estabelecimento de regras claras para as audiências, onde as questões, as ocupações, receios, possam ser  
395 explicitados e esclarecidos assim como assumidas as correções de rumo dos objetivos em discussão. Gostaríamos  
396 de questionar os técnicos aqui presentes, isso foi questionado na audiência também: considerando que tenham  
397 sido contratados estudos técnicos hidrogeológicos, considerando que a proposta produz resultados diferentes do  
398 uso e ocupação do solo, considerando que os corpos d'água em questão ainda não foram objeto de  
399 enquadramento segundo a Lei 10.350/94, perguntamos: qual é a classe de água, se é especial, classe 1, 2, 3, 4, 5,  
400 conforme a Resolução n° 20 do CONAMA: 1 - Qual é a classe d'água que será resultante do novo modelo de  
401 ocupação se esse for rigorosamente cumprido? 2 – Quais foram os procedimentos que foram utilizados para esta  
402 apreciação e qual será, segundo os parâmetros, os regulamentos em vigor, a classe dos mesmos cortes d'água nos  
403 próximos doze anos? 3 – Como estabelecer planos de ocupação de uma bacia sobre a qual não se estabelece  
404 objetivos de qualidade, conforme prevê a Lei 10.350; 4 – Art. 171 da Constituição Estadual do Rio Grande do  
405 Sul, de 1989, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, que estabelece, no parágrafo 2º, a absoluta  
406 prioridade ou abastecimento da população espalhada na superfície; 5 – O SAMAE, órgão responsável pelo  
407 abastecimento e saneamento da administração de Caxias do Sul possui algum tipo de outorga, licença, concessão  
408 e/ou autorização para captar água, despejo de esgotos e inclusive transferir esgotos das bacias? E, para finalizar,  
409 se a idéia é manter os habitantes, nós já vemos aqui os conflitos. Há as ocupações nas áreas críticas. Então, no  
410 mínimo é contraditório e é uma preocupação que nós temos e queremos encaminhar e, num próximo pedido de  
411 tempo, a gente conclui a nossa proposição e ter tempo para escutar as explicações. **Sr. Miguel Schmidt Prym:**  
412 Entendo que estamos discutindo uma questão municipal, é uma lei municipal, uma legislação municipal que deve  
413 ser discutida lá no Município de Caxias do Sul, com o respeito ao Conselho Geraldo, mas há coisas que a gente  
414 sabe, nos nossos Municípios são ilimitáveis. Entendo, por exemplo, pelo que estou entendendo da exposição, que  
415 essas invasões que têm aí, Século XX, sei lá o que mais, já existiam quando foi feito esse planejamento.  
416 Obviamente que não tem milagre, quer dizer, não tem como tirar isso de uma hora para a outra. Até entendo que  
417 se está sendo feito um trabalho, que não quero entrar na crítica deste trabalho, e não vou dizer se ele é bom ou  
418 ruim, mas pelo menos está sendo feita alguma coisa no Município de Caxias do Sul. Na maioria dos Municípios  
419 nós sequer temos condições de fazer um trabalho como está sendo feito aí, e as invasões de áreas, como há nestas  
420 áreas de risco, ocorrem em todos os Municípios. Duvido que tenha algum Município que possa ter evitado isso  
421 até aqui, e até duvido que uma maioria dos Municípios hoje tenha condições de enfrentar este problema da forma  
422 como Caxias do Sul parece, aparentemente, está enfrentando. Claro que a equipe de Caxias deve ter  
423 oportunidade de fazer a sua defesa, mas que não fosse se matar esta reunião importante do Conselho, a gente vem  
424 de longe, com uma discussão que me parece que é *paroquial*. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em nome da FAMURS  
425 só gostaria de reafirmar o que o Prefeito Prym falou e colocar, com clareza, que efetivamente o assunto em  
426 objeto é local e a competência de legislar sobre o uso do solo é do Município. E nós, como entidades que  
427 defendemos os Municípios, brigamos de unhas e dentes para não nos tirarem as competências que nós temos.  
428 Então, peço, Sr. Presidente, que, dentro do possível, esse assunto seja encaminhado para uma Câmara Técnica  
429 do CONSEMA para lá ser avaliado e mais, acho que de repente o CONSEMA pode até acompanhar  
430 eventualmente uma audiência pública lá em Caxias do Sul e depois fazer um relato para os nossos Conselheiros.  
431 Agora, o assunto deveria ser discutido em nível local. Obrigado. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Em relação  
432 a esse aspecto da ordem local, ou *paroquial*, acredito que essas bacias podem ter uma influência intermunicipal  
433 para Municípios vizinhos. Talvez não fosse só Caxias do Sul que estivesse afetada por esta questão da proteção  
434 destas bacias. Tenho um outro questionamento: em relação a apresentação deste plano, gostaria que me  
435 colocassem de novo o quadro indicativo “tributação”. Nesse quadro foi sugerida a proposta da redução de 50%  
436 nos tributos municipais se o proprietário mantiver a área nativa: nível elevado ou moderado redução de 50% se  
437 recuperar áreas degradadas e/ou mantém mata nativa. Como se pode propor a possibilidade de manter ou não a  
438 mata nativa, se estamos com uma mata do domínio da Mata Atlântica, uma mata protegida pela legislação  
439 federal, estadual, e como este plano, que está-se propondo conservar estas bacias propõe a possibilidade de se  
440 obedecer ou não a legislação federal, se obedecer ou não a legislação estadual e se obedecer a lei, se isenta de  
441 50%. Parece-me extremamente estranha essa proposta. Acho que não se pode propor, no momento que se cumpre  
442 a lei, dá-se uma isenção. E se abre a possibilidade de não se cumprir a lei. Acredito que se a intenção foi, no  
443 momento que as áreas contempladas com mata nativa, que automaticamente teriam isenção de 50%, a redação  
444 deveria ser outra. **Sr. Flávio Lewgoy:** Sr. Presidente, meus Colegas de Conselho. Eu fiquei um pouco surpreso,  
445 digamos assim, com a classificação de *paroquial* do assunto tratado, uma vez que efetivamente esses planos de  
446 ocupação, como a própria apresentação fez, diz claramente que afetam a bacia do Taquari-Antas e, portanto, o  
447 Guaíba, isso foi dito. Quer dizer, não é nada *paroquial*, e não se trata de um riachinho local ou de um lagozinho  
448 municipal. Trata-se efetivamente da bacia do Guaíba. Quer dizer, desse ponto de vista está plenamente



449 justificada a inclusão, gostem ou não, achem contrário ou não, do tema na presente reunião, porque isso afeta o  
450 Conselho. Trata-se de um assunto que diz respeito à bacia do Guaíba, portanto, não é local. **Sr. Geraldo André**  
451 **Susin:** Os que me antecederam, que me defenderam, este tema foi aprovado pelo Conselho como inclusão deste  
452 assunto em pauta, porque além do norte ser Taquari-Antas, o sul tem uma bacia, que é o Moschen, que está no  
453 Caí, e é do Guaíba. E como nós já tivemos experiência lá com outro projeto, que foi no Samuara, da inclusão de  
454 um autódromo dentro do Samuara, pela proposição da Prefeitura, que passou batido, não foi discutido em  
455 Conselho nenhum local e inclusive a lei foi aprovada pela Câmara, e nós conseguimos segurar isso junto ao  
456 Ministério Público, e o que foi relatado pelo Diretor-Presidente do SAMAE, isso vai logo para o Legislativo  
457 Municipal onde o próprio Diretor-Presidente do SAMAE é Presidente do Conselho de Saneamento, que não  
458 discutiram ainda. O Conselho do Meio Ambiente não discutiu esse assunto ainda, e isso é o que mais fortalece  
459 que este assunto vá para uma Câmara Técnica e gostaríamos de encaminhar agora uma proposta ao Conselho que  
460 recomenda à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul que realize o estudo de impacto ambiental e o relatório de  
461 impacto ambiental para esclarecer e responder as dúvidas aqui não elucidadas. Muito obrigado. **Sra. Edi Xavier**  
462 **Fonseca:** Gostaria de dizer que este empreendimento chamou a atenção a uma coisa: o fato desta mesma firma  
463 que está fazendo rima, a Profil Engenharia ser a mesma que está fazendo o EIA-RIMA aqui da Prefeitura de  
464 Porto Alegre, da ETI, da Ponta da Cadeia- Serraria. Isso é um detalhe da qual temos diversos questionamentos  
465 em relação ao EIA-RIMA deste empreendimento. Esse empreendimento deveria ser licenciado via FEPAM pelo  
466 impacto que ele tem em duas bacias hidrográficas, como já foi citado aqui. **Sr. Presidente:** Com a palavra o Sr.  
467 Edio Eloy Frizzo, Diretor do SAMAE. **Sr. Edio Eloy Frizzo:** Uma complementação da Marta e do Sérgio. **Sra.**  
468 **Marta Zago:** Este tema não está acabado, e o Geraldo sabe disso, e está aberto à discussão na comunidade de  
469 Caxias. E ele foi levado aos dois comitês, o Taquari-Antas e ao Caí, e este documento que a gente tem, como o  
470 nome diz, é uma minuta de lei, ela sequer passou pela PGM do Município, e ela não está acabada sequer nos seus  
471 termos jurídicos, porque a gente está realmente fazendo esta discussão prévia com várias entidades, e ela está  
472 começando a sua discussão na Comissão Técnica Permanente Multidisciplinar que Caxias do Sul possui, que é  
473 uma comissão oficial, que é ditada pelo Plano Físico Urbano. A partir dela é que vai sair o produto oficial  
474 acabado, com revisão, a que tudo tem direito, e isso está começando, e só para deixar bem claro que isso não é  
475 um produto acabado. Outra coisa que está tendo uma confusão: não estamos tratando de um empreendimento,  
476 mas estamos tratando de uma legislação. Não estamos licenciando nenhuma atividade específica, pelo menos é  
477 entendimento da nossa equipe técnica, que tem tratado deste assunto, que não caberia um EIA-RIMA, isso é uma  
478 coisa que o Baldão com certeza pode falar muito melhor, que trabalha na Secretaria do Meio Ambiente, porque  
479 ouvindo falar parece que a gente está licenciando, abrindo os espaços de bacia de captação para  
480 preferencialmente as atividades mais lícitas e poluidoras, e isso não é verdade. Quanto ao processo licitatório,  
481 quanto a Profil ter feito, foi feito um processo licitatório absolutamente aberto, e pelo SAMAE está à disposição  
482 de qualquer um. Não detectamos qualquer problema com a empresa Profil, muito antes pelo contrário, que nos  
483 atendeu, cumpriu e as coisas que nós, enquanto técnicos, não tínhamos até nos atentado, e a gente pediu alguns  
484 estudos, algumas referências, e elas sempre vieram absolutamente embasadas. Pelo menos enquanto equipe que  
485 acompanhou o trabalho da Profil, não temos absolutamente nada, pois em nosso caso, a experiência foi muito  
486 boa. Talvez não seja exatamente *paroquiana*, mas também acho que não é este o fórum, primeiro por não ser  
487 uma discussão fechada. Acho, Geraldo, que a gente deve discutir isso em todos os fóruns, para nós é uma  
488 experiência muito interessante e acho que para as pessoas que ouvem, pois a gente tem percebido interesse pela  
489 forma como esse trabalho foi realizado, para além das questões do recurso hídrico, com aquele visível, que é  
490 protegido por tudo quanto é lei, isso leva em conta as questões das hidrogeologia. Hoje a gente sabe que pelo  
491 menos nas áreas da bacia, e já entendemos que isso é fundamental para todo o Município onde estão as falhas, as  
492 fraturas. O Geraldo até citou a questão do autódromo. E com este tipo de estudo, este tipo de empreendimento  
493 em que talvez só pelo recurso hídrico, por incrível que pareça, não consiga ficar claro que ele não possa ser  
494 realizado, com este tipo de estudo que lá está dizendo onde está passando uma falha, uma fratura, uma área de  
495 descarga e uma área de recarga, isso triplica a preocupação com estas áreas. Então, não sei se o caso é de remeter  
496 a essa Comissão que vocês têm, e dá tranquilamente para a gente responder a cada uma dessas questões. Acho  
497 que há uma confusão, pois essa minuta está à disposição, e ela tem corrido a cidade inteira. E ela não está  
498 acabada, ela está em discussão, e há um monte de coisa que dava para responder, para dizer o que está  
499 gerenciando, mas sinceramente não sei se nem é o caso. Agora, por outro lado, para nós, enquanto técnicos, não é  
500 nada confortável, que a gente ouve uma série de coisas das quais a gente não pode explicar, pois daqui a pouco  
501 saem as pessoas com uma idéia que não seja talvez, pois a gente queria deixar claro para que cada um forme a  
502 sua idéia e as coisas não venham prontas. Então, gostaria que se não fosse aqui, que tivesse um outro momento,  
503 pois é um direito que nos cabe de poder, com toda a tranquilidade, com toda a clareza possível, responder a cada  
504 um ou até mais questionamentos que vierem, e eu só não começo a fazer isso porque não sei se é esse o fórum,

505 não cabe a mim decidir. **Sr. Presidente:** A sugestão, pela manifestação, é que o tema vá para uma Câmara  
506 Técnica. **Sr. Sérgio Luiz de Araújo:** Primeiramente saudando a todos os Conselheiros, em especial o meu  
507 amigo Geraldo, do qual tive a honra de ser Vice-Presidente dele, enquanto eu estava na ALGA, da qual também  
508 sou sócio fundador. Gostaria de dirimir dúvidas, mas de uma maneira muito tranqüila colocar como foi o  
509 processo: no momento em que o Sr. Prefeito chamou para discussão diversos técnicos e diversas unidades  
510 administrativas, como viram, para se elaborar esta legislação ambiental, qual foi a nossa preocupação enquanto  
511 técnicos? Sabíamos que enfrentaríamos já que a questão ambiental é sabidamente complexa, usando até as  
512 considerações Saques, que fala dimensão cultural, econômica, social, política, ambiental. E sabíamos que  
513 enfrentar restrições quanto ao trabalho de qualquer ordem, . Ou pelo poder econômico, ou pela comunidade, que  
514 está lá assentada nestas bacias, e isso era certo. Então, enquanto técnico como defender aqueles princípios que  
515 colocamos no início: a água com a ciência. Então, por esse motivo foi contratado um estudo hidrológico e  
516 hidrogeológico para pautar. Então, influências inclusive do Legislativo, que podem vir a ocorrer, e é claro, é  
517 normal, pois o Legislativo nada mais a representação do nosso povo, e com certeza vão ter opiniões diversas e é  
518 natural. Mas, enquanto técnicos, o que fizemos? Como refrear esses interesses? Com base na ciência. Falamos  
519 em sinalizações. Então, foi solicitado à empresa: com a atual legislação, como ficaria a questão ambiental, sem  
520 comprometer a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos e depois cenarizações foram apresentadas.  
521 Chegamos a conclusão que a atual legislação não era tão restritiva quanto devia, e isso aqui é um primeiro  
522 esclarecimento que faço. Essa legislação é muito mais restritiva que a atual. No momento que, além de garantir a  
523 proteção do meu curso superficial, ela adiciona o indicador ambiental, que é o hidrogeológico, talvez, perdoem-  
524 me a ignorância, mas eu desconheço legislação no Brasil que tenha-se baseado, para proteção das águas e em  
525 nível municipal de uso do solo, em aspectos hidrogeológicos. Sinceramente, desconheço e em virtude disso que a  
526 legislação obviamente ficou mais restritiva, que acho que era o principal. As bacias têm 10.000 hectares, e que  
527 equivalem a 5% dos 170.000 hectares. Aqui a gente criando a proposta de lei, que também amplia o número de  
528 áreas protegidas, aumentando em até 20% e isso provavelmente vai ser apresentado durante o encontro da  
529 ANAMA, que o Secretário defendeu, da criação de mais duas unidades de conservação no Município, e  
530 inclusive que vão abarcar. E quero destacar também, e aí perdoem o chavão de biólogo, mas uma das nossas  
531 bacias é uma APA. E estamos criando também mais uma APA, que vai proteger essas bacias, e elas vão estar  
532 inseridas dentro de APAs e uma delas vai estar inserida dentro de uma unidade de conservação de uso ainda mais  
533 restrito que a APA. Então, o Município de Caxias do Sul, que destaco, que muitas vezes a gente pensa em  
534 Caxias do Sul, principalmente o pessoal de fora, que Caxias do Sul é um pólo industrial metal-mecânico,  
535 segundo ou terceiro no Estado. Mas também somos o principal pólo agrícola no setor hortifrutigranjeiro. Então,  
536 as nossas ações lá em cima, no topo do morro, como disse o Secretário, são também interferidas pela agricultura.  
537 O grosso das bacias hidrográficas existentes aqui são de áreas urbanas, densamente povoadas. Aquela que o  
538 Geraldo se referiu, a questão de acidentes, ela em contato com a outra, as duas são praticamente cortadas pela  
539 RS-456, que é a Rota do Sol. A Bacia do Faxinal, que é em área rural, também é cortada pela Rota do Sol. A  
540 Maestra e a Dal Bó são cortadas pela Rota do Sol e também pela BR-116. Então, temos a RS-453, que é a Rota  
541 do Sol, vem e entra na Bacia do Faxinal. Então, no meio de duas bacias hidrográficas tenho uma rodovia de  
542 extrema movimentação. E aqui é a BR-116, que cruza o nosso Município e também é lindeira a essas duas  
543 bacias. Então, acidentes com cargas perigosas, ou, no caso, o acidente de ônibus, é lamentável, mas eles ocorrem  
544 em face de uma realidade que é comum em todos os Municípios. A nossa legislação já não colocou esta questão  
545 de cargas perigosas porque não adianta, pois tenho ali 40 mil pessoas morando. Infelizmente, a gente não trouxe  
546 a fotografia, mas são parcelamentos, e temos lá casas com razoável padrão de qualidade, e muitas vezes se diz  
547 que em morro e beira de represa só tem pobre. Não, em nosso caso não é assim, e temos ali consolidadas escolas,  
548 unidades básicas de saúde e que não temos condições de tirar. Vocês imaginem nós tirarmos 40 mil pessoas. Vou  
549 ter que garantir casa para essa gente, vou ter que garantir água, transporte coletivo, 40 mil pessoas não é assim. E  
550 qual é o impacto que vou causar? E se tirar da Maestra, Dal Bó e Samuara e botar em algum outro lugar, além de  
551 criar um impacto ambiental enorme, posso ainda estar alterando a qualidade. Outra coisa que foi colocada: a  
552 questão dos padrões de potabilidade de água. Como é que vou formar cenarizações, obviamente que a água vai  
553 cair para padrão 3 ou 4. Hoje os nossos corpos d'água são classe 2. E aí o Secretário pode até melhor falar do  
554 que eu, já que é da área. Então, a nossa legislação é mais restritiva, e se nós permitíssemos que a comunidade  
555 andasse assim, Caxias do Sul ia ficar sem água, e sem água não há vida. **Sr. Presidente:** Considerando  
556 proposições de Conselheiros e proposição do próprio Município, passo a palavra para o Diretor do SAMAE para  
557 as suas considerações, e vamos então remeter, conforme sugestão da Marta Zago, para a Câmara Técnica a fim  
558 de que seja discutido novamente ali. **Sr. Edio Eloy Frizzo:** Só resgatar um percentual. Quando se fala em 5% da  
559 área do Município não é verdade, e insisto em dizer. A lei atual, a 2452, temos o Dal Bó, Maestra, Samuara,  
560 Faxinal, Moschen e Marrecas. São seis bacias e isso representa 163,12 quilômetros quadrados, representa 9,84%

561do nosso Município. As três bacias que estamos incluindo na lei, agora como área de proteção, vão agregar mais  
562154,83 quilômetros quadrados, e isso vai representar 19,18% da área total do Município. Mas, o nosso objetivo  
563da apresentação não foi absolutamente polemizar. Nós já tivemos episódios aqui constrangedores neste mesmo  
564Conselho, no ano passado, envolvendo também discussão em Caxias do Sul, que é relativo a problemas em  
565Caxias, mas quero dizer aos Srs. Conselheiros e Sras. Conselheiras, que os considero pessoas inteligentes. E acho  
566que viram o esforço que estamos fazendo em Caxias do ponto de vista de dar encaminhamentos para as questões  
567ambientais, para as questões de saneamento em Caxias do Sul, os investimentos que estamos fazendo lá, e a  
568proposta do Prefeito Pepe Vargas é uma proposta de uma cidade ambientalmente equilibrada, e tem feito um  
569esforço muito grande nesse sentido, do ponto de vista de dotar a cidade de conceitos e de infra-estrutura nesse  
570sentido. Nós poderíamos aqui apresentar num outro dia, o Dilda já conheceu isso em Caxias, o nosso Plano  
571Diretor de Esgotos, aprovado pela Câmara de Vereadores, e eu, em absoluto, como não quero desconstituir, Srs.  
572Conselheiros e Sra. Conselheiras, a comunidade de Caxias, os comitês de bacia, a audiência pública que  
573realizamos e a nossa própria Câmara Municipal de Vereadores, que é órgão competente, legal, tem competência,  
574na linha do que a FAMURS também coloca, do ponto de vista de deliberar sobre questões de uso do solo na  
575nossa cidade. Então, não abriremos mão desse tipo de competência. Agora, não nos furtaremos, em momento  
576algum, de vim apresentar aqui as nossas propostas. Então, essas questões queremos deixar bem claro: e me  
577prometi, quando tu me telefonaste, Dilda, dizendo que havia sido feita esta solicitação aqui, que procuraria, até  
578em razão de tudo que alguns Conselheiros aqui já conhecem de outros embates que aconteceram aqui, vir aqui  
579apresentar exatamente o estudo e que fosse possibilitado que nossos técnicos aqui tirassem as dúvidas de todos os  
580Conselheiros. E diria que a realidade, como se coloca, a apresentação, moções e encontros, eu estou há 30 anos  
581no movimento, já fui vereador por 10 anos, já fui Secretário do Desenvolvimento Urbano de Caxias, fui  
582Secretário do Meio Ambiente de Caxias do Sul, hoje dirijo o SAMAE. Portanto, já sou macaco velho, já tenho  
583muita estrada e muitos de vocês têm esse mesmo tipo de estrada aqui, e sabem que moção em encontro, o pessoal  
584aprova assim na corrida e depois não sabe a repercussão que isso vai dar. Moção, não sei, discussões e assim por  
585diante. Mas, na linha do que a Marta colocou, a gente continua à disposição para dissecar este projeto, ele vai  
586passar agora pela Comissão Técnica Permanente Multidisciplinar, depois pelo Conselho do Plano Físico ainda e  
587depois vai ser remetido para a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. E, Dilda, agradecer a oportunidade que  
588nos deste aqui, e agradei já antecipadamente a sugestão do Geraldo de que viéssemos aqui apresentar este  
589estudo, acho que é importante, e entendemos como importante a apresentação do estudo, mas na linha do que a  
590Marta colocou: tudo o que foi levantado aqui a gente tem resposta. De nossa parte, muito obrigado. **Sra. Kathia**  
591**Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu tinha pedido a palavra antes pois ia pedir que encaminhássemos esse assunto  
592direto para a Câmara Técnica, mas em razão das palavras do Sr. Secretário, ousou falar, em nome das entidades  
593ambientalistas aqui presentes, que mais uma vez ele está desrespeitando a autonomia do movimento ambiental  
594gaúcho. E se ele acha que uma moção aprovada no Encontro Estadual não tem importância, o problema é dele. E  
595se não tivesse importância esse tipo de assunto, nós não estaríamos conversando aqui. Sr. Presidente, na vez  
596passada esse Sr. Secretário de Caxias do Sul faltou com o respeito ao representante eleito pelas entidades  
597ecológicas e isso não podemos permitir. Eu não sei qual o movimento que ele faz parte há 30 anos, mas, com  
598certeza do movimento ambiental não é, porque no momento ambiental pelo menos respeito a gente tem. **Sr.**  
599**Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Gostaria de registrar que eu fiz uma observação sobre a orientação deste  
600projeto em relação ao incentivo ao desrespeito da lei, e não me foi respondida esta questão, e não só isso, o  
601diretor acabou de dizer que teria uma resposta para todos os questionamentos. Eu me surpreendo com esta  
602manifestação. E gostaria também que no caso de encaminhamento para a respectiva Câmara Técnica fosse  
603assegurada a volta, depois da manifestação da Câmara Técnica, para este Plenário, para que o Plenário possa  
604analisar e discutir as conclusões da Câmara Técnica. **Sr. Geraldo André Susin:** O biólogo Sérgio colocou que  
605restringe mais. Nesse construtivo ali permite índice 1, que é a densidade residencial, ou seja, 100% de  
606construção, e isso não é mais. O que a Marta colocou, se é ainda aberta, a audiência pública foi o segundo passo  
607e para a Câmara de Vereadores, e aqui o que acontece é uma forma aberta. Fizeram uma audiência pública e  
608parece que estão brincando com a população, e onde também foram encaminhadas várias indicações para  
609abandonar esse projeto, não, continuam levando. E inclusive houve uma enquête municipal de que 92% votou  
610contra a ocupação das bacias, mas o projeto continua. Então, não há ouvidos. Essa publicação, está aqui o nome  
611da Prefeitura, e gostaria que o Baldão, que é um apelido carinhosamente, lesse porque aqui mostra em 1978 o  
612início do Serrano, que é maior loteamento, ele está em fase de início, havia meia dúzia de casas. Ou seja, tem que  
613se deixar claro que as autoridades, o poder público foram omissos desde aquela época, não respeitaram a lei.  
614Então, não é agora que há 40 mil pessoas, e tem que ver esse número. E o maior loteamento, desde aquela  
615época, vem sendo ocupado por omissão do poder público. Então, agora não dá para fazer mais nada. E para  
616concluir, encaminhei uma moção de recomendação, uma proposta a este Conselho à Prefeitura Municipal que

617apresente o estudo e o relatório à Comissão Técnica respectiva. **Sr. Edio Eloy Frizzo:** Meu caro Presidente  
618Dilda. Quero-me penitenciar aqui se fui entendido que tenha ofendido o movimento ecológico do Rio Grande do  
619Sul, em absoluto, não tenho essa intenção. É conhecida a divergência que tenho, no plano pessoal inclusive com  
620o Conselheiro Geraldo, em Caxias do Sul. E nem quero entrar nesta discussão aqui, portanto, retiro aqui qualquer  
621ofensa que tenha sido colocada ao movimento ecológico do Rio Grande do Sul, ou fórum de entidades. Em  
622respondendo ao Sérgio, de fato, é um erro de redação, e a gente não teve oportunidade de rebater. Mas dizer que  
623eu ainda em 1976 criamos em Caxias do Sul, no Bairro Cruzeiro, um movimento que fez com que o Dilda logo  
624em seguida, no Departamento de Meio Ambiente, fechasse o vazador de São Vergílio.Foi um movimento que  
625surgiu lá. Então, pelo pouco que a tenha contribuído, desde o meu tempo de vereador, ou votando na Lei  
626Orgânica em todas as disposições que estão ali do ponto de vista de proteção ambiental, acredito que tenha dado  
627uma contribuição muito grande para a questão ambiental em Caxias do Sul. Mas, isso não redime qualquer coisa  
628que eu possa aqui fazer em ofensa ao movimento ecológico do Rio Grande do Sul, movimento ambiental do Rio  
629Grande do Sul, em absoluto. Temos problemas em Caxias, temos, mas, lamentavelmente, posso ser até  
630contrariado nesse aspecto pelo Geraldo, mas não reconhecemos legitimidade em algumas pessoas na medida que  
631colocam versões. Com relação à audiência pública, os documentos foram franqueados, o pessoal esteve lá na tua  
632sala observando, antes da audiência pública, toda a documentação. Então, as pessoas aqui são inteligentes o  
633suficiente para fazer o seu juízo de valor. Da nossa parte, muito obrigado. **Sr. Presidente:** Srs. Conselheiros.  
634Submetemos à apreciação o encaminhamento à Câmara Técnica correspondente deste assunto até este momento  
635tratado. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite (Questão de Ordem):** E encaminhamento com posterior retorno ao  
636Plenário? **Sr. Presidente:** Normalmente volta. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Como normalmente o  
637assunto é tratado na Câmara Técnica e depois é apreciado por este Plenário. **Sr. Presidente:** Perfeito. Em  
638votação a proposição, complementada com a observação do Conselheiro Sérgio de que se discuta o assunto na  
639Câmara Técnica correspondente e retorne ao Plenário. **Sr. José Lauro de Quadros (Questão de Ordem):** O  
640Conselheiro Sérgio, que também participa há tanto tempo aqui do Conselho, sabe muito bem que todas as  
641decisões do Conselho são decididas em Plenário. As Câmaras Técnicas foram criadas exatamente para subsidiar  
642o Plenário. Portanto, peço que seja retirada a segunda parte, de que deva retornar ao Plenário, porque isso é uma  
643obrigação. As Câmaras Técnicas trabalham para assessorar o Plenário, e as Câmaras Técnicas não têm autonomia  
644para decidir nada. As Câmaras têm uma atribuição de auxiliar o Plenário do Conselho, dissecando os assuntos e  
645municando o Plenário para que possa decidir nos assuntos que lhe são encaminhados. **Sr. Sérgio Luiz de**  
646**Carvalho Leite:** Tudo bem, não vejo problema algum em lembrar as nossas normas aqui, apenas isso. **Sr.**  
647**Geraldo André Susin:** Eu invoquei o nosso Regimento quanto a questão da nossa recomendação, que ele seja  
648encaminhado na forma de recomendação à Prefeitura para que entregue à Câmara Técnica, era essa a proposição.  
649**Sr. Valtemir Goldmeier:** Entendo, Sr. Presidente, que a posição do Conselho deveria ser exatamente essa que o  
650Conselheiro Geraldo está levantando: de que o Conselho deva recomendar à Prefeitura de Caxias do Sul que  
651alguns temas, em relação ao assunto, sejam efetivamente levantados e abordados. Agora, entendo que esse  
652assunto não deva ser encaminhado para a Câmara Técnica porque o que vamos dar de opinião se é um assunto  
653totalmente local e que vai ser legislado pelos Vereadores de Caxias do Sul. Então, lamento, novamente, sou  
654obrigado a voltar a esse assunto. Eu sou pela recomendação de que o Conselho crie um grupo e que crie uma  
655recomendação e encaminhe para lá. Só que não há necessidade de encaminhar para uma Câmara Técnica nossa  
656aqui. **Sr. Presidente:** Considerando exatamente esta divergência de opiniões que vamos encaminhar para  
657votação, então, deste Conselho. Pelo encaminhamento à Câmara Técnica, considerada a proposição do  
658Conselheiro Geraldo, os que forem favoráveis que se encaminhe à Câmara Técnica se manifestem levantando o  
659braço: **12 votos favoráveis; 04 votos contrários; abstenções: 01.** Portanto, será encaminhado à Câmara  
660Técnica do CONSEMA para as apreciações dentro do espírito, obviamente, que tanto o Conselheiro Sérgio  
661quanto o Conselheiro Lauro lembraram a todos nós. Agradecemos a disposição dos técnicos da Prefeitura  
662Municipal de Caxias do Sul, que aqui se fizeram presentes, apresentando este tema para discussão que, não tenha  
663a menor dúvida, não é só efeito de mídia, mas a água é questão crucial. **Sr. Edio Eloy Frizzo:** Convido os Srs.  
664Conselheiros que no dia 18 de julho vai ter o XIII Encontro Nacional da ANAMA, em Caxias do Sul, na Cidade  
665Universitária, e se os Conselheiros quiserem conhecer a nossa cidade, estão convidados. **3 – Resolução**  
666**CONSEMA – Prazo de validade das licenças.** **Sr. Presidente:** Está com vista à adequação do tempo de  
667validade das licenças ao Código Estadual do Meio Ambiente, a Lei 11.520, e será remetido à Câmara Técnica de  
668Assuntos Jurídicos uma minuta de resolução para que faça então exatamente os trabalhos preliminares para que,  
669na próxima reunião, venha a ser submetida à apreciação do Plenário deste Conselho juntamente com a proposta  
670de resolução dos irrigantes, que está em fase também de conclusão, e que esta última mencionada já está de posse  
671dos prezados Conselheiros e nesse momento os Srs. Conselheiros vão receber a minuta de resolução, então, com  
672vista à regulamentação do prazo de validade das licenças expedidas aqui no Rio Grande do Sul. **4 – Assuntos**

673**Gerais. Sr. Presidente:** Temos “quorum”. Srs. Conselheiros. Estou incluindo em Assuntos gerais a votação da  
674habilitação do **Município de São Leopoldo** considerando que a Câmara Técnica encaminhou a sua apreciação  
675após nós termos emitido a pauta da reunião de hoje. Considerando o parecer da Câmara Técnica, que passo a ler,  
676antes disso, consulto se algum dos Conselheiros têm alguma objeção que o Município de São Leopoldo,  
677considerado o parecer favorável emitido pela Câmara Técnica, seja submetido à apreciação neste momento.  
678Alguma objeção? A Câmara Técnica remeteu no dia seguinte, aquele em que elaboramos e expedimos a  
679convocação com a respectiva pauta, um parecer favorável para que o Município de São Leopoldo se habilite.  
680Estou consultando o Plenário, se o Plenário está de acordo, considerando esta peculiaridade. Se alguns dos  
681Conselheiros tiver objeção, por gentileza, manifeste-se. Então, vamos submeter. Vou ler o encaminhamento feito  
682pela Câmara Técnica: *“Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Ao cumprimentar Vossa Senhoria cordialmente, tomo*  
683*a oportunidade para encaminhar o parecer da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada*  
684*Estado/Município sobre o pedido de habilitação do Município de São Leopoldo para o exercício do*  
685*licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA 004/2000 e*  
686*Resolução CONSEMA 011/2000. O pedido teve o seguinte encaminhamento: a documentação enviada pelo*  
687*Município de São Leopoldo foi analisada pela Comissão de Municipalização e pela Assessoria Jurídica da*  
688*SEMA; em 16 de maio de 2003, após julgar todos os requisitos técnicos e legais satisfeitos, a Comissão de*  
689*Municipalização encaminhou o processo a esta Câmara Técnica do CONSEMA, recomendando a homologação*  
690*do pedido de habilitação; em 19 de maio de 2003, na 29ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica, a Presidência*  
691*sugeriu que o processo fosse analisado pelos Conselheiros para a discussão na próxima reunião; em 17 de*  
692*junho de 2003, na 30ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica, o pedido foi submetido à votação, tendo sido*  
693*aprovado por unanimidade. Face ao exposto, encaminho o processo anexo, com o parecer favorável à*  
694*habilitação do Municípios de São Leopoldo para o exercício do licenciamento ambiental das atividades de*  
695*impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA 004/2000 e Resolução CONSEMA 011/2000. É o*  
696*parecer. Em 17 de junho de 2003. Engº Mário Buede Teixeira (Representante da Instituição da Universidade*  
697*Privada), Presidente”*. Considerando a aprovação do encaminhamento, em votação a habilitação do Município  
698de São Leopoldo para o exercício do licenciamento das atividades contempladas na Resolução 005/98 deste  
699CONSEMA. Os Conselheiros favoráveis se manifestem levantando a mão: **18 votos favoráveis, nenhum voto**  
700**contrário, nenhuma abstenção**. Então, **APROVADO** pela unanimidade dos Conselheiros presentes neste  
701momento. Ainda, em Assuntos Gerais, temos a manifestação do Conselheiro Luiz Paulo Rodrigues Cunha, da  
702Secretaria de Meio Ambiente. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** A minha intervenção vem a propósito da  
703manifestação do Prof. Lewgoy, feita ainda durante a reunião extraordinária eleitoral, quando declarou que “nesse  
704momento, quase que sem ruído, sem alarde, está-se discutindo a modificação de normas quanto à velocidade dos  
705licenciamentos, que praticamente vão ser turbinados. Isso quer dizer que este Conselho vai ser patrolado, vão  
706passar patola por cima deste Conselho. E é claro que se o governo tem maioria, isso vai passar batido”. Desejo  
707aqui esclarecer aos senhores Conselheiros, com muita tranquilidade, que o Secretário Wenzel – que hoje não  
708pôde estar aqui porque participa nacionalmente da reunião do Conselho de Recursos Hídricos – tem o  
709compromisso de trabalhar com a mais absoluta transparência, conforme afirmou tanto na reunião feita com as  
710ONGs, que foi a primeira que ele realizou após a sua investidura no cargo, como também a este Conselho. É fato  
711que a nova equipe da SEMA encontrou – e aqui não se está atribuindo culpa a “a”, “b” ou “c” – todo um passivo  
712no que tange à questão dos licenciamentos, que vem de há muito tempo e que é também muito grande. Há um  
713clamor da sociedade, de diferentes segmentos que dependem dessas licenças, no sentido de que a gente possa  
714buscar uma forma de dar mais agilidade ao processo, sem comprometer a transparência, a lisura, enfim, a  
715avaliação técnica qualificada que o mesmo exige, ainda que se saiba que há limitações para isso, também. E uma  
716das metas que a Secretaria se propôs, tendo lançado publicamente no Dia Mundial do Meio Ambiente – e todos  
717os Conselheiros aqui presentes foram convidados – foi a implantação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental  
718– SIGA/RS, já que esse é um processo inexorável e precisamos, efetivamente, dar continuidade ao mesmo, ou  
719seja, habilitar os Municípios a procederem aos licenciamentos no que se refere a questões de impacto local, e o  
720que passa necessariamente pela Câmara Técnica correspondente. Na Secretaria, foi montado um gabinete  
721especial para orientar as Prefeituras, instruído pelo Secretário, e que já está em pleno funcionamento. Reafirmo,  
722pois, que não é do nosso propósito, enquanto sinalização da Pasta, do seu Titular ou de quaisquer dos seus  
723auxiliares diretos, proceder a qualquer tipo de “aceleramento” ou de “atropelamento” do processo. Quero  
724afiançar isso com a mais absoluta clareza. E mais, reconhecendo as limitações no que tange aos recursos  
725humanos da própria FEPAM, o Secretário formalizou um pedido ao Chefe da Casa Civil para que fosse  
726apreciada, na estrutura superior do Governo, a possibilidade de chamarmos os demais 53 técnicos que foram  
727aprovados no último concurso da FEPAM, para que se possa reforçar a equipe desta Fundação. Sabemos que o  
728pedido vai encontrar dificuldades, o que a gente compreende, mas o Secretário não se furtou a esse compromisso

729para dentro do Governo, tendo endereçado ao próprio Governador do Estado pedido nesse sentido. Além do  
730mais, o Presidente do Conselho acabou de apresentar, no que tange à reformulação dos prazos das licenças, as  
731proposições a serem apreciadas pela Câmara Técnica, e que haverão de vir à deliberação deste Plenário. E que  
732cada Conselheiro fique tranqüilo quanto a isso, pois não é do nosso propósito “patrolar” nada. Digo, ainda, que  
733tampouco o Secretário, em nenhum momento, precisou articular quaisquer dos representantes de órgãos do  
734Governo para qualquer iniciativa que pudesse caracterizar um trabalho em bloco, ainda que essa pudesse ser uma  
735atitude plenamente legítima em se tratando de questões de interesse do Governo. Mas enfatizo não ser essa a  
736predisposição dele. Por último, em favor do Secretário Wenzel, pessoa com quem já convivo há algum tempo, e  
737cujo caráter e forma de trabalho conheço, gostaria de tranqüilizar os Srs. Conselheiros de que a SEMA, naquilo  
738que lhe compete, não introduzirá qualquer alteração no processo de licenciamentos que confronte com as  
739competências deste Conselho, nem com quaisquer das instâncias às quais compete deliberar sobre questões  
740ambientais. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, gostaria de fazer uma solicitação em relação à reunião de  
741duas Câmaras Técnicas que não têm se reunido, e são coordenadas pela SEMA. Uma, a Câmara Técnica de  
742Gestão das Águas, e a outra pela FEPAM, que é a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos. E gostaria de fazer um  
743apelo, porque temos pauta, e pautas pendentes dessas duas Câmaras Técnicas. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**  
744**Monteiro:** Só complementar a informação da Edi, que a Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas também  
745não tem se reunido. E é presidida pelo DEFAP. **Sr. Círio Augusto de Azeredo da Silva:** Sr. Presidente. Apenas  
746gostaria de comunicar que a partir da próxima reunião a Dra. Cecília Hipólito, Gerente Executiva do IBAMA,  
747será a representante titular no CONSEMA. **Sr. Valery Pugatch:** Desculpe, Presidente. Só não entendi porque a  
748resolução dos irrigantes não seria votada. **Sr. Presidente:** Considerando a alteração com ampliação da área do  
749Taim, há algumas implicações que necessitarão de algumas adequações junto com o IBAMA. Isso é basicamente  
750a formulação de alguns quesitos que respeitem à ordem de competências para se evitar que depois as dúvidas  
751geradas no processo de licenciamento venham a ser questionadas e, conseqüentemente, retardar os processos.  
752Então, considerando este item, a proposta de resolução dos irrigantes, juntamente com a proposta de resolução da  
753ampliação do prazo de validade das licenças, que regulamenta dispositivo da Lei 11.520 – Código Estadual de  
754Meio Ambiente, seriam votadas na próxima reunião, ou seja, no dia 18 de julho de 2003. **Sra. Kathia Maria**  
755**Vasconcellos Monteiro:** Com relação a essas duas propostas de resolução, queria sugerir que antes delas virem à  
756plenária do CONSEMA já para votação, para aprovação, que elas passassem pela Câmara Técnica, porque senão  
757acaba vindo para cá, vamos fazer toda uma discussão, passa para a Câmara Técnica e depois volta. **Sr.**  
758**Presidente:** Com certeza, Conselheira Kathia, é prerrogativa básica vir para este Conselho e depois de apreciada  
759e analisada pela respectiva Câmara Técnica. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Talvez o Conselho  
760hoje, se ainda tivesse “quorum”, já poderia encaminhar agora para a Câmara Técnica para já ir fazendo uma  
761discussão prévia. **Sr. Presidente:** Temos “quorum”. Submeto que a resolução relativamente aos irrigantes para a  
762Câmara Técnica. A proposta de resolução relativamente a ampliação da validade das licenças, submete aos Srs.  
763Conselheiros o envio à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Os favoráveis se manifestem levantando a mão:  
764**17 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção.** **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**  
765**Monteiro:** Acredito que depois da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, estas propostas devam passar pela  
766Câmara Técnica de Monitoramento e Qualidade Ambiental também, principalmente para adequar os prazos,  
767talvez conforme o porte do empreendimento, atividade, alguma coisa assim. **Sr. Presidente:** A questão da  
768distribuição do tempo de validade das licenças de acordo com o tipo de impacto, essa é a sua observação. **Sr.**  
769**Mauro Gomes de Moura:** Sr. Presidente. Infelizmente, para fazer a proposta de resolução foi necessário  
770adaptar o que está escrito no Código Estadual de Meio Ambiente, que é prazo de validade de licença de um a  
771cinco anos, com as determinações federais que dão licenças mínimas de quatro a dez anos, ou seja, há um  
772intervalo de quatro ou cinco anos só entre essas duas leis para não haver conflito de legislação. Então, a proposta  
773que foi feita de resolução leva todas as licenças de operação a prazos de quatro anos para não haver conflito com  
774nenhuma das legislações, tanto estadual como federal, não foi considerado porte e nem potencial poluidor. Foi  
775dado um prazo fixo de quatro anos, porque ou conflitaria com uma legislação ou conflitaria com outra e daria  
776problemas legais de qualquer maneira. Então, há um prazo fixo, não há consideração de porte ou potencial para  
777esta situação. **Sr. Geraldo André Susin:** O assunto é uma proposta de moção, acredito que não seja uma moção  
778que cause polêmica e que se causar, que encaminhe para a próxima reunião. A proposta de moção é ao Governo  
779do Estado, o assunto é: “O pedido de providências urgentes em relação a perfuração de poços tubulares  
780profundos e artesianos, incluindo o cadastramento dos já existentes e diagnóstico da situação atual e  
781licenciamento dos novos poços”. **Sr. Presidente:** O Conselheiro coloca a moção relativamente aos poços  
782tubulares profundos e artesianos no sentido de que se faça um diagnóstico para saber quantitativamente ou  
783qualitativamente o cenário e que haja o licenciamento dos futuros. **Sr. José Lauro de Quadros:** Conselheiro  
784Geraldo. Não me sinto habilitado a votar, nem contra e nem a favor, porque esses poços têm que ser licenciados.

785Teríamos que ter uma posição de ver o que está ocorrendo, se esses licenciamentos estão sendo concedidos. E  
786teremos que ter uma situação atual para então ver da necessidade ou não de votar a moção. O Conselheiro tem  
787elementos para poder esclarecer o Plenário para que possamos encaminhar ou não a moção? **Sr. Geraldo André**  
788**Susin:** Conselheiro Lauro. É justamente nesse sentido que vou ler o enunciado, o conteúdo diz o seguinte:  
789“Pedido de providência urgente em relação a perfuração de poços tubulares profundos e artesanais, incluindo o  
790cadastramento dos já existentes e diagnóstico da situação atual e licenciamento de novos poços”. Então, na  
791verdade, é um levantamento de dados, é o conhecimento, é justamente para a gente encaminhar esta Moção ao  
792Governo do Estado para que nos traga esta realidade do Estado. **Sr. José Lauro de Quadros:** Penso que este  
793assunto é da SEMA, e se é esse o cadastro, de ver como se encontra esta situação, quem faz este licenciamento é  
794a Secretaria do Meio Ambiente? **Sr. Presidente:** É o Departamento de Recursos Hídricos. **Sr. José Lauro de**  
795**Quadros:** Que está vinculado à SEMA. **Sr. Presidente:** Sim. **Sr. José Lauro de Quadros:** Penso que seria a  
796moção à SEMA. **Sr. Sergio Luís de Carvalho Leite:** É uma homenagem ao Governador. **Sr. Geraldo André**  
797**Susin:** É que normalmente, formalmente, protocolarmente todo o documento enviado é ao Chefe do Executivo,  
798é nesse sentido. **Sr. Edi Xavier Fonseca:** O Sr. Cunha falou que tinha uma proposta. Mas, agora às 18h a  
799AGAPAN tem eleições. Então, tenho que me retirar. E peço desculpas. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** A  
800propósito da intervenção da representante da AGAPAN, destacando a necessidade de funcionamento das  
801Câmaras Técnicas, e afirmando que três das que estão sem realizar reuniões seriam presididas, coincidentemente,  
802por integrantes da SEMA, eu vou apenas ler o Art. 20 do nosso Regimento, que trata das competências das  
803Câmaras Técnicas: “As Câmaras Técnicas serão instituídas pelo Plenário do CONSEMA, mediante proposta do  
804Presidente, e do no mínimo Conselheiros, por meio de resolução, que estabelecerá suas competências com  
805posição, prazo, destinação e funcionamento”. Quer dizer que se há Câmaras Técnicas, presididas por servidores  
806da SEMA ou não, que estão falhando em seu dever, cabe ao Presidente, no uso de suas competências, demandar  
807a estes que procedam à convocação das reuniões. E que caso sejam identificados em atos de servidores da SEMA  
808quaisquer atitudes que impliquem a necessidade de um ato administrativo por parte da Administração, que  
809comunique ao Secretário da Pasta para as providências cabíveis. **Sr. Presidente:** Assim será. **Sr. Alexandre**  
810**Bugin:** Em relação a esse assunto dos poços, ele é polêmico, o Geraldo sabe disso, tanto é que ele se precaveu  
811em relação à questão de perfuração de poços e utilização de água subterrânea. Eu só entendo, e aí concordo com  
812o José Lauro, que não devemos, a qualquer momento, fazer moção. Então, isso parece-me ser um pedido do  
813CONSEMA para que venha alguém do DRH e nos apresente a situação atual, enfim, os dados que existem, e aí  
814sim, a partir desse conhecimento das informações que o Governo tem, aí poderemos deliberar algum tipo de  
815moção no sentido de que o Governo aprofunde, o Governo desenvolva um estudo, porque me parece que uma  
816moção, nesse momento, vai ficar pingando de lado para lado, e não se sabe o que vai fazer-se com ela. Então, a  
817presença do DRH, e aí seria um pedido do CONSEMA ao Secretário que designe um técnico do DRH, como já  
818foi feito em outros momentos com os técnicos da FEPAM, no caso, ou outras Secretarias, para que eles  
819apresentasse aqui um relato sobre este assunto, sobre esta questão. **Sr. Presidente:** Consulto o Conselheiro  
820Geraldo Susin, se concorda com o encaminhamento de que se solicite, então, à SEMA, que nesse Conselho se  
821apresente o cenário existente, e a partir disso, então, abrir-se a desdobramentos que este Conselho julgar  
822pertinentes. **Sr. Geraldo André Susin:** Concordamos, ótimo. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:**  
823Havia feito uma solicitação de inclusão do assunto da Rota do Sol para a reunião, e em razão de termos outras  
824coisas já pendentes, mas só queria colocar a importância deste assunto, e é um assunto que o CONSEMA vem  
825tratando, e coloquei esse assunto no final da reunião passada, foi feito um desmatamento na mata paludosa,  
826última área de mata paludosa, praticamente uma das únicas áreas de mata paludosa no Litoral Norte do Rio  
827Grande do Sul, e esse assunto estava sendo encaminhado pelo Comitê da Reserva da Biosfera, e estavam sendo  
828apresentadas alternativas para o não corte destas árvores, e não se sabe a razão, de que houve um atropelamento  
829dos órgãos ligados à questão florestal e ao licenciamento da obra, que reautorizou o corte das árvores, e não  
830consideramos encaminhamentos ou sequer sem ouvir o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera. Então, em  
831razão da importância do assunto, de tudo que já se fez pela Rota do Sol, solicito que este assunto seja tratado no  
832CONSEMA, até porque para este caso existe alternativa. Já se gastou tanto com a Rota do Sol, então, vamos  
833gastar mais um pouquinho e preservar o que resta ainda de nossa floresta. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:**  
834Temos no sul uma rede de educação ambiental que se chamada “Reasul”, e que envolve as três universidades:  
835FURG, uma do Paraná e Santa Catarina. E gostaria de colocar ao CONSEMA se seria possível abrir espaço para  
836que eles apresentassem para nós, em algum momento, numa das reuniões, a “Reasul”, que é uma rede de  
837educação ambiental, que é bom que nós conheçamos e venhamos a participar dela de alguma forma, pois a  
838proposta dela é bem ampla e ela é financiada com verbas do Fundo Nacional de Meio Ambiente. E existe uma  
839vontade deles de fazer isso, só que a gente não formalizou isso por escrito. E estou colocando aqui no Plenário se  
840é válido. **Sr. Presidente:** Pediríamos que a Conselheira formalizasse a proposição e não creio que haja alguma

841objeção. Ao contrário. Passo as Comunicações: 1 – Chegou à Secretaria Executiva do CONSEMA o ofício  
842862/2003 do DAER, que encaminha relatório de supervisão ambiental, lotes 1, 2 e 3, referentes a abril de 2003, e  
843que se encontra á disposição; 2 – Ofício do Centro de Biotecnologia indicando o Sr. Homero Deves como titular  
844em substituição ao Sr. Augusto Schrank e o Sr. Rui Fernando Félix Lopes como suplente em substituição ao Sr.  
845João Antônio Pegas; 3 – O Núcleo Amigos da Terra solicita inclusão na pauta da próxima reunião do  
846CONSEMA, da apresentação da situação da Rodovia Rota do Sol. Como esclarecimentos sobre a situação da  
847estrada, em especial, ao corte de árvores na Estação Ecológica Mata Paludosa, paralisação das obras,  
848indenizações e implantação das medidas compensatórias; 4 – Ofício da Câmara Municipal de Tapes solicitando  
849parecer do CONSEMA a respeito do Projeto de Lei nº 001/2003, que cria área de relevante interesse ecológico e  
850turístico na área do Pontal de Santo Antônio localizado na Península do Saco de Tapes, na Laguna dos Patos,  
851Município de Tapes. **Sr. Presidente:** Acredito que este item nós votaríamos, encaminhamento à Câmara Técnica  
852ou pode ser automático? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** “Ad referendum”. **Sr. Presidente:** Muito bem. E  
853finalmente, comunicação relativamente à Conferência Nacional do Meio Ambiente, Conferência Nacional  
854Infanto-Juvenil pelo meio ambiente, que essas conferências acontecerão de 28 a 30 de novembro deste ano em  
855Brasília com pré-conferências estaduais. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Apenas para dizer que houve o  
856convite à participação também da SEMA, que está representada por intermédio da Carmen Franco, que tem  
857participado de todas as reuniões. Já houve, inclusive, uma visita do Secretário Executivo do MMA, Cláudio  
858Langone, ao Secretário Wenzel, e estaremos colaborando, no que couber, na medida dos recursos humanos e  
859financeiros disponíveis. **Sr. Presidente:** Considerando, então, esgotada a pauta e o “quórun”, damos por  
860encerrada esta reunião, agradecendo a presença dos Srs. Conselheiros e, sobretudo, faço questão de frisar um  
861item, que parece de suma importância, é de suma importância. Este Conselho terá absolutamente todo o poder,  
862como órgão máximo do setor ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, e todo o poder independência de  
863atuação de que a posição dos Srs. Conselheiros é absolutamente respeitada, assim como respeitamos plenamente  
864se devem e serão respeitados plenamente o seu Regimento. Muito obrigado pela presença e até a próxima reunião  
865no dia 18 de julho de 2003. Agradecemos a presença de todos os Conselheiros e dou por encerrado esta sessão  
866ordinária CONSEMA. (Estão encerrados os trabalhos às 17h32min).